

A Tomada de Caiena vista do lado francês

Ciro Flamarion Cardoso

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965) e doutorado em História - Université de Paris X, Nanterre (1971). Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

O presente artigo busca analisar a tomada de Caiena, a partir do ponto de vista francês. A campanha de 1808-1809, que culminou na tomada de Caiena, ao qual se seguiram mais de oito anos de administração luso-paraense da Guiana Francesa, foi inicialmente, na percepção de Victor Hugues, uma expedição para o estabelecimento de fronteiras. Entretanto, a presença dos britânicos demonstrou que a fixação de fronteiras não era o único objetivo. O ataque a Caiena, com o apoio britânico, foi o gesto possível dos luso-brasileiros após a declaração de guerra à França, em 1º de maio de 1808, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente Dom João.

PALAVRAS-CHAVE: História Militar, Caiena, Campanha Militar de 1808-1809

ABSTRACT

This paper analyzes the decision of conquering Caiena, as seen from a French point of view. The 1808-1809 campaign culminated in the taking of Cayenne, followed by eight years of Portuguese administration in French Guiana. In the early opinion of Victor Hugues, this was only an expedition to establish boundaries. However, the presence of Britain showed that the setting of borders was not the only goal. The attack on Cayenne with British support was the only possible gesture by Regent Prince João after declaring war on France.

KEYWORDS: Military History, Cayenne, Military Campaign of 1808-1809

INTRODUÇÃO

A campanha de 1808-1809 culminou na tomada de Caiena, a que se seguiram mais de oito anos de administração luso-paraense da Guiana Francesa. Apesar de, à primeira vista, parecer insignificante como conflito e como feito de armas — no máximo caracterizaram-na algumas escaramuças pouco sangrentas que envolveram um número reduzido de combatentes —, parece mais razoável avaliar um episódio como o que nos ocupa em contexto e, não, por meio de considerações abstratas. Para os recursos paraenses da época, a expedição militar representou um esforço de considerável magnitude e grande dificuldade; uma dificuldade que se estendeu, posteriormente, à própria ocupação da colônia, vencida, do lado português, por tropas paraenses majoritariamente indígenas cuja vontade era, o tempo todo, a volta ao Pará. Outrossim, o episódio da tomada de Caiena é relevante, no âmbito da História Militar, por diversas razões:

(1) por ilustrar, em forma das mais interessantes, a incidência nos fatos militares em andamento, ou quando da capitulação, de fatores extramilitares, sobretudo os interesses

peçoais e as manipulações do comissário Victor Hugues, administrador da Guiana (1800-1809) – cujo governo local foi chamado pomposamente de “proconsulado” pelo historiador guianense Jean-Pierre Ho Choung Ten, termo que, pelo menos, reflete bem a empáfia e o viés autoritário desse administrador colonial francês;

(2) pelo emprego de combatentes escravos por ambas as partes em conflito, em circunstâncias e com efetividade, no entanto, bastante diferentes em cada caso;

(3) pelo que se pode depreender da confluência de interesses no fundo bastante diferentes na aliança dos luso-paraenses com os britânicos na expedição militar: ambos os participantes da aliança coincidiam, porém, em ter grande pressa em concluir as operações militares e obter a capitulação (pressa que acabou servindo aos interesses de Victor Hugues), embora por razões diferentes: do lado português, mais de cem soldados estavam doentes, com malária, havendo urgência em poderem ser tratados no hospital de Caiena; e o comandante inglês James Lucas Yeo queria, no menor prazo possível, deixar Caiena e transformar em dinheiro vivo sua importante presa de guerra;

(4) por terem sido as instruções do governador do Pará ao comandante Manuel Marques transmitidas em duas ocasiões diferentes, estabelecendo a cada vez objetivos militares também muito diferentes; depois de chegar ao Rio Oiapoque é que Marques foi informado de que a expedição já não se destinava unicamente a confirmar a fronteira efetiva naquele rio, mas sim, que deveria tomar Caiena: também o comissário Victor Hugues, a que Marques comunicara somente a primeira versão de seus objetivos – a fronteira do Oiapoque –, demorou a perceber que a própria colônia francesa e sua capital estariam sob ataque. A demora em o perceber teve consequências de peso, do lado francês, no tocante aos preparativos militares para a defesa.

Nossa finalidade precípua, nesta ocasião, será o exame desse episódio militar do ponto de vista da própria Guiana Francesa e de seu administrador derrotado, Victor Hugues.

AS FONTES

A documentação com que se conta para estudar o episódio de 1808-1809 do lado francês compreende, em especial, numerosos documentos disponíveis em três códices que consultei há muitos anos em Paris nos Archives Nationales, mas são atualmente conservados nos Archives d'Outre-Mer (AOM): série C14, volumes 85 a 87. Trata-se de uma documentação diversificada, atinente à Guiana Francesa, que inclui: documentos administrativos; papéis especificamente militares; material privado reunido pelas autoridades, etc. Outrossim, existem documentos conservados em arquivos militares franceses, relativos ao inquérito e ao conselho de guerra realizados para apurar e julgar a responsabilidade de Victor Hugues na derrota de 1809 (sendo o acusado inocentado pela sentença de 10 de julho de 1810). Também relevantes são as fontes publicadas por Carra de Vaux em: *Documents sur la perte et la rétrocession de la Guyane*, no tomo 174 (1913) da *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*.

GUIANA FRANCESA E PARÁ

Tanto a Guiana Francesa quanto o Pará eram áreas periféricas nos respectivos Impérios coloniais. Tinham em comum o clima equatorial, a forte pluviosidade, a cobertura majoritariamente florestal, a importância dos rios para a colonização e, em termos gerais, um meio ambiente que opunha grandes dificuldades ao povoamento e à economia coloniais, em um contexto de escassez de capitais.

Certa vez o grande historiador Fernand Braudel, numa ocasião quando, a seu convite, eu lhe expunha, em 1969, minha pesquisa então em curso sobre a Guiana Francesa no século XVIII, orientada pelo Prof. Frédéric Mauro, resumiu os dados que eu lhe apresentava na frase seguinte: “Então, a Guiana era outra das Antilhas”. Esta fórmula sintética era adequada: apesar de estar a colônia situada em terras continentais da América do Sul, a colonização francesa da Guiana jamais ultrapassou, até 1808, uma região costeira plana de cerca de 5.200 km² (a Guiana Francesa tem, atualmente, cerca de 90.000 km²).

Em 1809, sua irradiação sobre a região costeira atlântica do Contestado luso-francês, atual Amapá, era insignificante; também o era, diga-se de passagem, a presença luso-brasileira na mesma região. A densa floresta e as cachoeiras que cortavam em direção ao interior o curso navegável dos rios faziam efetivamente funcionar essa planície setentrional como uma espécie de ilha.

Em comparação com as Antilhas Francesas, a Guiana apresentava um quadro indubitável de pobreza e subdesenvolvimento, em termos do que se podia esperar de uma colônia escravista de *plantation* bem-sucedida. Sua diversidade de produções e exportações — muito raramente o açúcar, com maior frequência o urucum, o algodão, o cacau, o café, as especiarias (estas, a partir das últimas décadas do século XVIII), o anil — indicava a pobreza dos recursos disponíveis, numa época em que, nas possessões francesas, o açúcar era considerado, dentre as produções dependentes da mão de obra escrava, a de maior prestígio. É verdade que, com a perda de Saint-Domingue (Haiti), a importância relativa da Guiana aumentara no Império francês. As guerras da Revolução e do período de Napoleão haviam também aberto a oportunidade para atividades lucrativas de corsários baseados em Caiena, uma iniciativa fortemente apoiada pelo comissário dos cônsules e depois do imperador, Victor Hugues, que dela auferiu, ao que se dizia, fortes ganhos.

Os poucos recursos agrários estavam, em 1808, fortemente concentrados na assim chamada Ilha de Caiena e seus arredores imediatos: 2/3 da população — que não chegava a 15 mil habitantes —, a maioria absoluta dos 12.355 escravos existentes em toda a colônia e quase 60% das propriedades rurais com mais de dez escravos situavam-se nos “quartiers” (divisões administrativas) de Caiena, Roura e Macouria. Em Roura ficava a mais valiosa das fazendas, La Gabrielle, cujas terras eram excepcionalmente férteis e que era o centro da produção de especiarias; tal fazenda, pertencente ao governo, foi reivindicada aos portugueses como propriedade pessoal sua pelo futuro Luís XVIII, sem sucesso imediato (de certo modo, ao ser devolvida a Guiana à França em novembro de 1817, portanto já sob a Restauração

francesa, como propriedade estatal que era, a fazenda acabou por cair, afinal de contas, sob o controle de Luís XVIII). Note-se que, com exceção de Macouria, toda a planície costeira da colônia a noroeste da capital apresentava unicamente atividades pecuárias e agricultura de víveres, destinadas ao mercado interno.

O Grão-Pará, só em 1808 integrado administrativamente ao conjunto brasileiro, era uma região colonial de grande extensão geográfica — mesmo se considerarmos só as terras mais próximas ao Amazonas e seus afluentes, as únicas integradas de verdade à colonização — mas muito limitada em população e recursos. O censo de 1801 indicava, para a Comarca do Pará, uma população total de 80 mil habitantes, predominando os índios; essa população achava-se maciçamente concentrada na parte oriental da Comarca. A cidade de Belém tinha então 12.500 habitantes (cerca da metade dessa população era considerada branca, sendo seus demais componentes, por ordem de grandeza, escravos negros e pessoas de cor livres — índios, negros e mestiços).

Desde as reformas introduzidas em meados do século XVIII pelo irmão de Pombal, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), as estruturas econômico-sociais da Comarca do Pará, antes baseadas principalmente no uso da mão de obra constituída pelos índios das missões para a extração das “drogas do sertão” — que podia ser muito lucrativa e exigia poucos capitais —, atividade já em declínio por volta de 1750, passaram a uma outra organização em que o setor dominante seria representado, doravante, por fazendas de certa importância voltadas para a produção tropical de exportação — o Pará exportava cacau, algodão, arroz, café — ou para a pecuária destinada ao consumo local, havendo ao seu lado um vasto setor econômico subsidiário e heteróclito de base camponesa exercido por pequenos proprietários e posseiros brancos, mestiços ou índios, além da lavoura dos escravos negros em seu tempo livre em parcelas cujo usufruto lhes era concedido nas fazendas. A produção desse setor subsidiário, onde de fato se achava a maior parte dos trabalhadores, estava voltada para a autossustentação

cia e o mercado interno. O escoamento dos produtos dependia em boa parte dos poucos possuidores de barcos relativamente grandes, já que a navegação no Amazonas e seus afluentes era a única forma de transporte. A escravidão negra avançara nas unidades agrícolas maiores, mas sabe-se que, em sua maioria absoluta, os escravos introduzidos pela Companhia de comércio pombalina (Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que funcionou entre 1756 e 1778) na Comarca do Pará foram reexportados para as regiões de mineração do Brasil: faltavam capitais e poucos dos fazendeiros locais podiam comprar escravos africanos. A mão de obra continuava a ser em boa parte constituída por índios, teoricamente livres mas, de fato, submetidos a formas variadas de coação. As antigas missões religiosas, transformadas em “vilas” ou “lugares”, desapareceram ou perderam o seu caráter indígena exclusivo em função da exploração desenfreada dos índios ali residentes.

A pobreza era a tônica da Comarca do Pará no início do século XIX. As exportações da região paraense representavam, em 1796, só pouco mais de 4% do comércio exportador dos portos da América portuguesa com a metrópole; a análise de Roberto Santos aponta para um crescimento das exportações paraenses (e, mais em geral, da economia regional) até 1805, seguindo-se uma fase de declínio. Por sua vez, José Jobson Arruda enxerga uma tendência à estagnação do comércio exterior paraense no período 1796-1811. Refletindo a pobreza local, os recursos — incluindo os efetivos militares — sob controle do Governo de Belém eram limitados. Um bom exemplo tem a ver com a expedição à Guiana Francesa: os uniformes das tropas luso-paraenses não foram confeccionados pelo governo mas, sim, pelas damas de Belém, suas filhas e suas escravas, a pedido do Governador José Narciso de Magalhães Menezes.

A CAMPANHA MILITAR DE 1808-1809 EXAMINADA DO LADO FRANCÊS

Não abordaremos aqui as escaramuças ocorridas, nas regiões dos Rios Oiapoque e Arouague, antes do ataque à capital, Caiena, a não ser para assinalar um dado im-

portante: a aplicação da recomendação do Governador do Pará, José Narciso de Magalhães Menezes, de libertar, armar e treinar os escravos negros guianenses que aderissem à invasão luso-inglesa. Os dados disponíveis indicam grande relutância do comandante, Tenente-Coronel Manuel Marques, e dos outros oficiais luso-paraenses em cumprir tal diretiva, assustadora para as pessoas livres que residiam em áreas coloniais, sobretudo após o precedente do Haiti. Foram os ingleses que arregimentaram militarmente, na Guiana Francesa, muitos escravos negros, armando-os (com armas brancas somente) e dando-lhes algum treinamento. Dois franceses capturados informaram que, no Navio *Confiance*, comandado por James Lucas Yeo, os ex-escravos saudavam uma bandeira própria, decorada com a representação da cabeça de um negro e com a frase “Liberdade para os negros”. Uma curta mas eficiente atividade de espionagem — realizada em Caiena, em agosto de 1808, por dois oficiais portugueses do forte de Macapá, Tenente Valério José Gonçalves e Aspirante Florentino José da Costa, disfarçados de pescadores e acompanhados de índios remeiros — precedera a expedição militar. Mesmo assim, os ex-escravos recrutados foram essenciais no sentido de informar e guiar os luso-britânicos. Além do mais, atacaram, pilharam e incendiaram cerca de 30 fazendas, fator invocado por Victor Hugues para justificar a capitulação. Note-se que não há notícia de terem matado quaisquer pessoas quando dos ataques e pilhagens de propriedades rurais.

A Ilha de Caiena, onde se situava a capital de mesmo nome, não era uma verdadeira ilha mas, sim, um território delimitado ao Norte pelo Oceano Atlântico, a Leste pelo conjunto fluvial navegável Comté-Orapu-Mahury, a Oeste pelos Rios menores Caiena e Montsinéry (cujo estuário forma a baía e o porto de Caiena), ao Sul por um canal artificial (Crique Fouillée) e pelo pequeno Rio Tour de l'Île.

Barcos de guerra de grande calado armados de canhões não poderiam atacar do lado do mar a cidade devido à presença de uma artilharia costeira mantida em bom estado e, principalmente, à falta de profundidade das águas marítimas locais (uma consequência

dos aluviões depositados pela corrente oriunda da foz do Rio Amazonas), que não permitiria – a não ser quando das marés mais altas, de rara incidência – uma aproximação suficiente dos navios para bombardear a cidade, além de que também dificultaria qualquer tentativa de desembarque. Caiena seria vulnerável sobretudo a uma expedição que, navegando no Mahury em direção ao sul, atravessasse depois em pirogas a Crique Fouillée e/ou o Tour de l'Île, chegando então à parte meridional da cidade, desprovida de fortificações: as muralhas de Caiena desse lado, já praticamente arruinadas, haviam sido derrubadas por ordem de Victor Hugues. Daí que a presença, na frota luso-paraense, de barcos de baixo calado, capazes de navegar no Rio Mahury, mas dotados de canhões, tenha sido o fator mais importante na tomada de Caiena; não por acaso, o comando das operações terrestres foi confiado a Manuel Marques, um artilheiro, sendo do britânico Yeo o comando das operações navais. O barco britânico *Confiance*, com seus 22 canhões, não teve maior papel na tomada da cidade, a não ser impedindo o eventual desembarque de reforços por um barco francês que chegou quando já se cumpriam os passos previstos na capitulação para a entrega de Caiena aos portugueses. As tropas britânicas e luso-paraenses, no ataque à capital da Guiana Francesa, deveriam ser embarcadas em barcos menores (vindos do Pará ou tomados aos guianenses) para a navegação e combates no Mahury, respondendo ao fogo das baterias ribeirinhas francesas, e o posterior desembarque com a finalidade de atacar a cidade pelo sul.

Do Oiapoque, Manuel Marques, utilizando índios da região como estafetas, enviara a Victor Hugues um comunicado em cujo texto a expedição era apresentada como estando destinada unicamente a estabelecer uma fronteira definitiva naquele rio. O comissário a recebeu em 12 de dezembro de 1808, embora já soubesse da presença dos luso-britânicos diante do Oiapoque por informação do capitão de um barco francês, o *Joséphine*, que fora apresado mas conseguira escapar à noite dos inimigos, recebida uns dias antes (talvez em 5 de dezembro). Só quando informado do avanço inimigo até o Rio Aprouague (que ocorreu, quanto às tropas luso-pa-

raenses, em 23 de dezembro), situado entre o Oiapoque e Caiena, Hugues percebeu não ser o estabelecimento da fronteira o único objetivo da expedição; foi também nessa ocasião que soube da presença de britânicos em tal expedição. Só então deu início a medidas destinadas à defesa de Caiena.

De acordo com os dados já indicados, seria preciso fortificar com guarnições dotadas de canhões a entrada do Mahury e o curso desse rio até o canal da Crique Fouillée. Foram estas as disposições tomadas pelo comissário Hugues, apressadamente, além de convocar os militares reformados e as milícias brancas e negras da colônia para reforçar seus efetivos militares minguados – cujo núcleo de profissionais era o que restava do batalhão da Alsácia, chegado a Caiena em 1792, mais reforços recebidos em 1800 e 1808. Arregimentou, também, certo número de negros escravos da Guiana Francesa, denominando-os “pioneiros”, encarregados principalmente da fortificação do Mahury; ao contrário dos luso-britânicos, não alforriou, porém, os recrutados. Hugues decidiu ainda enviar à França, com uma solicitação de reforços, o Navio *Joséphine*, carregado com gêneros coloniais (em parte de propriedade do comissário). As providências de defesa estavam mais ou menos concluídas em 28 de dezembro. O barco partiu para a França dois dias depois.

No tocante à defesa do Mahury, o governador estabelecera fortificações improvisadas e guarnições dotadas de artilharia de calibres variados em três pontos da margem esquerda do rio: Diamant, Degras de Cannes e Trio. Diante da guarnição de Trio colocou outra guarnição com canhões, destinada a proteger a entrada do canal artificial de Torcy (que unia o Mahury ao Kaw, afluente do Aprouague), que ele mesmo mandara escavar alguns anos antes, ao longo do qual havia diversas propriedades rurais, incluindo a sua própria; também esperava desse modo, com fogo cruzado dessa guarnição em conjunto com a de Trio, impedir o avanço e posterior desembarque dos inimigos pela Crique Fouillée. O melhor e mais experiente oficial das guarnições, o capitão Charlemont, à frente de 20 soldados, foi designado pelo comissário para o ponto fortificado situado

à margem direita do rio, para proteção das propriedades rurais do Canal de Torcy, fato pelo qual Hugues seria depois criticado quando do inquérito a respeito da derrota, tendo sido considerado uma providência em seu próprio proveito, destinada a resguardar a sua propriedade privada *Quartier Général* (que, no entanto, foi saqueada e queimada). A comissão de inquérito encarregada de apurar a responsabilidade de Hugues na derrota de janeiro de 1809 considerou “insuficientes” as guarnições do Mahury e sua artilharia, organizadas segundo as instruções do comissário.

Não se sabe ao certo com que efetivos contava o governador. Ele alegou, mais tarde, que uma parte das tropas mencionadas por seus inimigos no inquérito destinado a apurar as razões da derrota e a responsabilidade, nela, do comissário, ao pretenderem que ele capitulara apesar de comandar mais soldados do que os invasores — o que não parece ser verdadeiro — estava longe de Caiena na ocasião. O número de escravos negros arregimentados dos dois lados é impossível de computar; ao que parece, embora Hugues pretendesse convocar 500, não conseguiu mais do que 200 “pioneiros”, como os chamou, que desertaram em sua maioria durante as operações militares (um dos desertores tornou-se o líder principal dos escravos libertados e armados pelos invasores). Do lado luso-britânico, os escravos alforriados e armados foram ao que parece mais numerosos e sua ação, bem mais importante; eram comandados por um chefe chamado Apollon, assessorado por outro líder, Cidalie. Nas guarnições do Mahury, Hugues decidiu mesclar as diferentes modalidades de homens armados de que dispunha. Caso consideremos todos os tipos de combatentes, se somarmos as tropas deixadas na capital e as destinadas às guarnições do Mahury, Hugues contava na Ilha de Caiena para opor-se à expedição luso-britânica, segundo suas próprias alegações, com 338 homens capazes de lutar (dos quais 206 brancos, entre metropolitanos e coloniais, e 132 soldados negros), se bem que o cômputo oficial dos efetivos militares da colônia mencionasse, no início de janeiro de 1809, 511 homens (dos quais 368 brancos). Do lado dos invasores, se descontarmos a guarnição deixada no Aprouague (72

homens), os que chegaram até Caiena eram cerca de 800 — 80 dos quais ingleses. Mais de cem homens, porém, em especial índios do Pará, estavam doentes de malária e incapacitados de combater: em 5 de fevereiro de 1809, menos de um mês após a capitulação, a cifra relativa a luso-paraenses internados no hospital de Caiena era alta (159).

As tropas aliadas deixaram por mar o Aprouague para dirigir-se a Caiena em 6 de janeiro de 1808. Ao fazê-lo, já haviam sido postos a bordo de barcos leves, mas providos de artilharia, os 250 homens que deveriam desembarcar após o avanço pelo Rio Mahury (o desembarque, ao ocorrer, sob o comando de Yeo, utilizou dez pirogas e durou várias horas). Os barcos maiores ficaram ancorados relativamente longe de Caiena, perto da Ilha La Mère, e não tiveram a ver diretamente com o ataque à cidade, que aconteceu, como era esperado, pelo sul. A tomada dos pontos fortificados franceses ao longo do Mahury dependeu, militarmente, em especial da ação dos fuzileiros embarcados em barcos capazes de navegar no rio. Foi facilitada por decisões erradas de Victor Hugues, que em mais de uma ocasião atrasou sem motivos válidos os ataques franceses. Hugues não era um militar, mas tivera experiência de combate na ilha antilhana de Guadeloupe, que governara antes da Guiana; e, na própria Guiana, dirigira a luta contra quilombolas quando do restabelecimento da escravidão, em 1804. Uma das consequências das procrastinações do comissário francês foi que as tropas mais profissionais e experimentadas de Caiena não chegaram a intervir nos combates. Seus adversários franceses alegaram que, quando dos afrontamentos de 7 a 9 de janeiro de 1809, deixara de atacar a tempo, com tropas sob seu comando vindas de Caiena e estacionadas em posições intermediárias entre o Mahury e a capital. Deveria ter ordenado o ataque enquanto o desembarque inimigo estava ainda em curso, uma vez vencidas as guarnições fluviais, mas só o fizera quando todas as tropas adversárias já haviam desembarcado. É interessante notar que, nos despachos de Yeo, as perdas luso-paraenses quando das escaramuças ao longo do Mahury foram sistematicamente minimizadas. Foi a partir de 10 de janeiro que ocorreram, nos

“quartiers” de Caiena e Roura, os ataques a fazendas e seu incêndio pelas tropas negras de ex-escravos arregimentados pelos invasores, que trataram de sublevar os demais cativos que trabalhavam nas *plantations*. Quanto ao ataque à fazenda pertencente a Victor Hugues e seu saque, ocorridos uns dias antes, foram de iniciativa de Yeo, que recolheu ali um butim considerável. Em sua capitulação, Victor Hugues alegaria ter-se rendido devido a tais ataques, com a resultante destruição de propriedades e, não, propriamente, ao assalto das tropas luso-britânicas – o que era falso, mas destinava-se a justificá-lo perante as autoridades francesas metropolitanas; ele intuía, com razão, que um inquérito e talvez um julgamento o esperavam na França.

Em 10 de janeiro de 1809, pela manhã, o comissário retornara a Caiena com as tropas de que ainda dispunha, tendo perdido toda a artilharia disposta à margem esquerda do Mahury e na extremidade oeste do Canal de Torcy. Hugues, secretamente, incitou alguns dos colonos presentes na capital a lhe dirigirem uma petição pressionando-o a capitular. Foi acusado de negociar a capitulação quando ainda poderia ter combatido em defesa da cidade, à espera dos reforços que pedira, embora provavelmente sem possibilidades verdadeiras de sucesso (isto é, a continuação da resistência seria o que os franceses chamam de *baroud d'honneur*). Reforços vindos da França chegaram no Barco *Topaze*, sem desembarcar, em 13 de janeiro, quando a cidade já se preparava a ser passada aos vencedores, na véspera da entrega da colônia aos portugueses segundo os termos da capitulação, que começara a ser negociada em 11 de janeiro de 1809 e fora assinada no dia seguinte; a intervenção dos maiores barcos de guerra luso-britânicos, ancorados perto de Caiena, provavelmente teria frustrado, de qualquer maneira, o desembarque.

Alguns artigos do documento de capitulação, proposto por Victor Hugues e aceito por Marques e Yeo, são deveras surpreendentes. Certos pontos enfureceriam, no Pará, o Governador Narciso de Magalhães Menezes – que, no entanto, não instruíra Marques, totalmente inexperiente em assuntos assim, sobre como proceder – e, no Rio de Janeiro, as autoridades portuguesas. No conjunto, Hugues teve

enorme sucesso ao conseguir ver assinado pelos vencedores um tal texto. Este êxito se explica, pelo menos em parte, pela pressa que tinham Marques – desejoso de alimentar suas tropas, cujos víveres já escasseavam, e de internar no hospital de Caiena numerosos doentes – e Yeo – que queria partir o mais cedo possível de Caiena para negociar sua considerável presa de guerra (que incluía diversas embarcações tomadas ao inimigo) – em concluir as atividades militares.

Como já se disse, Hugues, bem no início do texto da capitulação que propôs, afirmava render-se, não tanto à força das armas mas, sim, após assistir à queima de várias fazendas, “ao sistema destruidor de libertar todos os escravos que se colocassem do lado inimigo, e incendiar todas as fazendas e postos onde houvesse resistência”. Entretanto, o expediente de alforriar e armar escravos, que constava das instruções do governador do Pará a Marques, tinha um precedente na guerra de independência dos Estados Unidos da América, durante a qual ambas as partes em conflito o usaram.

Eis aqui os principais pontos do documento cuja aceitação pelos comandantes das tropas invasoras – levando-se em conta a situação militar – parece mais surpreendente (o documento foi assinado em três versões, em francês, português e inglês, que apresentam pequenas variações; traduzo da versão francesa):

(1) no preâmbulo da capitulação, Napoleão é mencionado como “Imperador e Rei”, coisa impensável tanto para o Governo inglês quanto para o português ora sediado no Rio de Janeiro, já que reconhece seus títulos e sua autoridade como legítimos, pelo simples fato de afirmá-los em documento público assinado por Marques e Yeo;

(2) no mesmo preâmbulo, a libertação dos escravos arregimentados pelos invasores vitoriosos e o ataque a fazendas seguido de seu saque e incêndio, atos anteriormente caracterizados no texto como um “sistema destruidor”, são, com todas as letras, atribuídos às “ordens de Sua Alteza Real o Príncipe Regente” João (quando, na verdade, as instruções nesse sentido que chegaram a Marques emanaram unicamente do governador do Pará): este ponto

causou grande mal-estar ao ser conhecido no Rio de Janeiro;

(3) ainda no preâmbulo, Marques diz entregar a colônia “às forças de Sua Alteza Real o Príncipe Regente”, fingindo considerar o comandante britânico Yeo como um oficial inglês sob a autoridade do Príncipe Regente João;

(4) o artigo 6 prevê a deportação dos escravos arregimentados e libertados pelos luso-britânicos, alegando que, se permanecessem na Guiana, “só poderiam ser um fator de perturbação e dissensão” – estranha imposição de parte de um governador derrotado!;

(5) o artigo 11 estabelece que “as leis civis conhecidas na França sob o nome de Código Napoleão serão seguidas e executadas” na Guiana até a paz entre a França e Portugal, agregando que “os Magistrados não poderão se pronunciar a respeito dos interesses dos particulares, no tocante às discussões a eles relativas, a não ser em virtude das mencionadas leis” (isto é, do Código Napoleônico);

(6) o artigo 14 estabelece, como ponto específico, a preservação da fazenda nacional La Gabrielle, centro da produção de especiarias na Guiana Francesa: os futuros administradores que agissem em Caiena por ordem do príncipe regente português teriam a obrigação de mantê-la no estado em que se encontrava (fica implícito: até a Guiana ser devolvida à França): bizarra limitação, no relativo aos recursos da colônia, imposta aos vencedores pelo comissário derrotado; e

(7) o artigo 15 estabelece que todos os papéis oficiais e atinentes à contabilidade pública presentes na colônia seriam depositados sob controle cartorário, lacrados e conservados à disposição “de sua Majestade Imperial e Real”, ou seja, de Napoleão! Com este dispositivo, achavam os inimigos de Hugues que ele estaria ocultando as provas de suas prevaricações e de sua corrupção.

As manobras bem-sucedidas de Victor Hugues, que queria se precaver contra acusações de covardia que sabia não deixariam de ocorrer, na França, por seus muitos erros no comando militar da defesa de Caiena e por sua derrota, além de desejar também evitar sua própria queda em poder dos britânicos (devido a certos abusos que cometera, no passado, quando dos conflitos na Ilha de

Guadeloupe, quando havia desenterrado, enforcado e incinerado o corpo do General Dundas), foram denunciadas por adversários seus – colonos e militares –, bem como muitos exemplos do que se alegava fossem suas ações corruptas, desonestas e em proveito próprio, cometidas segundo o que se alegava durante seu governo na Guiana Francesa, quando do inquérito e do conselho de guerra a que foi submetido (tendo sido, também, brevemente preso logo antes do conselho de guerra). Foi acusado, ainda, de ter levado consigo, quando partiu de Caiena para a França, um cofre contendo dinheiro público da Caixa dos Inválidos e seus ganhos ilícitos como governador, incluindo os que auferiu da atividade dos corsários. Note-se no entanto que, mesmo sendo plausíveis pelo menos algumas das acusações feitas ao governador derrotado, não foram apoiadas em provas convincentes; como já se mencionou, o ex-comissário foi absolvido.

A GUIANA SOB ADMINISTRAÇÃO LUSO-PARAENSE (1809-1817): UMA AVALIAÇÃO

Manuel Marques foi promovido a general e nomeado governador interino da Guiana Francesa ora sob administração lusoparaense, cargo que exerceu até outubro de 1809. Pediu então exoneração por motivo de saúde, indo de volta ao Pará por algum tempo. Voltou a ser governador da Guiana de fevereiro de 1812 até novembro de 1817, quando a colônia foi devolvida à França, desta feita limitando-se aos assuntos militares. No período de sua ausência de Caiena, foi substituído no governo pelo Coronel Pedro Alexandrino Pinto de Souza, um cartógrafo de talento, septuagenário e sem experiência de comando, escolhido pelo governador do Pará. Presente na Guiana desde janeiro de 1810 com a função de reorganizar as finanças coloniais e a justiça local, o jurista João Severiano Maciel da Costa, nascido em Minas Gerais, teria, de 1812 até 1817, a função de intendente da Guiana, o que confirmava a tradição colonial francesa de separar o comando militar da gestão econômico-financeira. O Governador do Pará José Narciso de Magalhães Menezes, que perseguira implacavelmente com suas críticas tanto

Marques como Pinto de Souza, morreu em dezembro de 1810.

Imediatamente após a conquista, Manuel Marques, sem experiência administrativa, decidiu mexer o menos que pôde na organização que encontrou funcionando em Caiena. Sua decisão nesse sentido foi, aliás, confirmada como sendo o melhor a ser feito, em carta régia datada de 10 de junho de 1809. Entre outras medidas, entregou a maior parte das tarefas administrativas a uma junta de notáveis locais. O resultado, segundo um deportado de esquerda, Vatar, que, em Caiena, espionava para autoridades policiais francesas, foi que o fazendeiro Vidal, também comerciante e traficante de escravos, um dos primeiros a aderir ao Novo Regime, na prática governava a colônia em conjunto com André, jurista francês nomeado procurador, em Caiena, do Príncipe Regente Dom João. Vidal, um dos opositores de Victor Hugues no passado, parece ter enriquecido, aproveitando bem as oportunidades abertas por sua nova posição de autoridade.

Um problema grave era a situação das tropas de ocupação e, em consequência, o descontentamento e a indisciplina crônicos que nelas grassavam. Sem esperança de voltar em breve, como desejavam, para o Pará — a chegada de tropas de reforço ocorreu pouco após a vitória, mas os efetivos disponíveis, agora de cerca de 1.300 homens, que caíram mais tarde para pouco mais de 900, mal chegavam para guarnecer a capital e pontos estratégicos do litoral, e demorou a haver alguma renovação dos quadros com o envio de soldados de volta ao Pará para substituí-los por outros que viessem —, com problemas sérios de abastecimento, recebendo o soldo sempre com enorme atraso, sem solução visível para que obtivessem a sua parte prometida na presa de guerra, contando sempre grande número de doentes (de 1812 a 1816 as mingoadas tropas de ocupação sofreram 130 mortes, sendo 118 doentes enviados de volta ao Pará), os índios e mestiços que predominavam numericamente entre os soldados eram também alvo do racismo dos habitantes guianenses, quando não daquele dos poucos funcionários e oficiais brancos vindos de Belém. O intendente Maciel da Costa, por exemplo, ao mesmo tempo que era favorá-

vel a que se concedessem vantagens e uma posição social melhor aos negros e mulatos livres de Caiena, referia-se por escrito aos índios paraenses como “tapuias ferozes” e “a canalha índia”. Houve acusações esporádicas de guianenses relativas a furtos e assassinatos cometidos por membros da tropa de ocupação. As deserções eram relativamente frequentes (69 desertores entre 1812 e 1816).

Em 9 de junho de 1809, a tropa sediada em Caiena se rebelou e alguns dos soldados, armados com armas brancas (já que não tinham acesso fácil às munições), em grupos formados ao dispersar-se uma manifestação na praça principal da cidade, saqueou o comércio da capital. Quando da manifestação da tropa reunida, um bate-boca diante dos soldados entre o governador — o General Marques — e o Coronel Palmeirim, segundo em comando, nada fez para arrefecer os ânimos ou restabelecer a disciplina. Quando de outra tentativa de motim, no início de março de 1811, denunciada pela mulata Ethelinte (que foi alforriada por Maciel da Costa), a intervenção severa das autoridades militares, em especial do Tenente-Coronel Francisco Rodrigues Barata, se fez sentir; quatro líderes da rebelião foram fuzilados sem processo formal, sob protesto de Maciel da Costa. Naquela ocasião, os “livres de cor” de Caiena — que, ao que parece, tinham pânico dos soldados índios do Pará — ofereceram ao intendente Maciel da Costa formar uma milícia que, entre outras atividades, apoiasse as autoridades de ocupação em suas tarefas de controle das tropas, o que foi recusado.

O Governo do Rio de Janeiro insistia constantemente para que a ocupação da Guiana, tornada dependência do Pará, nada custasse aos cofres da administração central luso-brasileira. No afã de equilibrar as finanças da colônia, o intendente Maciel da Costa decidiu, em março de 1812, estabelecer o sequestro dos bens dos ausentes. A administração e as rendas das fazendas pertencentes a proprietários residentes na França foram postas sob o controle das autoridades luso-paraenses de Caiena; tal renda adicional ficava à disposição do governo de ocupação; sem confisco, no entanto, das propriedades rurais: Victor Hugues, por exemplo, tendo voltado a Caiena ainda sob o domínio português, recuperou —

embora só após longo processo administrativo – sua fazenda *Quartier Général*. O sequestro atingiu 29 fazendas, avaliadas em dois milhões e meio de francos, que continham cerca de 20% dos escravos ativos da colônia. A iniciativa do sequestro provocou intermináveis protestos dos proprietários absenteístas afetados e de seus amigos ou parentes residentes na Guiana. O comerciante Vidal, embora já não fosse membro da junta criada por Marques (dissolvida por Maciel da Costa em julho de 1810), foi acusado de enriquecimento ilícito, aproveitando-se das oportunidades abertas pelo sequestro instituído pelo intendente português. O próprio Maciel da Costa sofreu denúncia similar de parte de detratores, sem que houvesse indícios ou provas que apoiassem essa acusação.

Se o saque em 1809 e a ameaça de motim em 1811 assustaram a população de Caiena, e se o sequestro dos bens dos ausentes foi objeto de muitas críticas, outras medidas e atitudes dos ocupantes foram bem recebidas. O próprio fato de ser a Guiana integrada a um conjunto maior, o do Brasil e em especial a Amazônia portuguesa, trouxe efeitos benéficos para os guianenses. Por exemplo, o gado agora recebido regularmente de Macapá e da Ilha de Marajó regularizou o abastecimento de carne, antes muito precário. A abertura ampla do porto de Caiena ao comércio internacional facilitou também o abastecimento em mercadorias diversas provenientes da Europa e dos Estados Unidos, incluindo os insumos necessários às fazendas. O pequeno grupo formado pelos comerciantes maiores de Caiena tinha, doravante, acesso aos portos do grande conjunto brasileiro e, depois de estabelecido um acordo a respeito, aos do Caribe inglês. As taxas alfandegárias portuguesas eram, outrossim, menos pesadas do que as francesas. Maciel da Costa estabeleceu que os comerciantes de fora que vendessem em Caiena deveriam forçosamente associar-se a comerciantes locais. Os guianenses apreciavam o fato de ser a burocracia luso-brasileira menos multitudinária e intrusiva do que a francesa.

O fomento da colônia que se atribui às vezes à ocupação luso-brasileira foi, porém, exagerado. O número de fazendas não parece ter aumentado. Os escravos, que eram

12.355 numa população de 14.445 em 1808, em 1817 eram 13.369 numa população de 16.056. Não havia nem recursos disponíveis, nem boas razões para que ocorressem muitos investimentos luso-brasileiros na Guiana. Apesar de, antes da expedição de 1808-1809, os ingleses e portugueses terem pensado na ocupação de Caiena com a finalidade de destruí-la, eliminando a presença francesa na América do Sul, e de Maciel da Costa ter submetido às autoridades do Rio de Janeiro um plano para reunir as Guianas num reino dependente do Brasil, a opinião mais plausível era que, em dia não muito distante, a Guiana seria devolvida à França.

O exame dos dados relativos ao comércio exterior da Guiana ocupada indica que a maior parte dos lucros comerciais foi auferida pelo comércio britânico; em especial, as trocas com os britânicos eram extremamente deficitárias para os guianenses. Em 1815, por exemplo, a exportação do porto de Caiena para a Inglaterra, em valor, configurava cerca de um quinto da importação de artigos britânicos pelo mesmo porto; no relativo ao Caribe inglês, que efetuava com Caiena um comércio de reexportação, o déficit era ainda mais importante: mil francos de exportações em confronto com mais de 300 mil francos de importações de Caiena. Deixando aos luso-brasileiros o ônus da administração da Guiana ocupada, os britânicos auferiram todas as oportunidades de lucro que puderam no comércio com a ínfima colônia. Já as trocas de Caiena com Belém tendiam a ser levemente deficitárias para o Pará. Em 1816 e 1817, os dois últimos anos da ocupação, o comércio francês, nulo de 1809 até 1815, fez-se presente outra vez em Caiena, renunciando a devolução da colônia aos franceses, prevista pelo Congresso de Viena.

CONCLUSÃO

A França entrou de novo na posse da Guiana Francesa em 8 de novembro de 1817. Os portugueses, diante da ameaça feita em julho do mesmo ano por Richelieu de retomar Caiena pela força, tendo obtido o ministro francês o consentimento da maioria das potências europeias em tal sentido, assinaram em 28 de agosto a convenção de

restituição de Caiena, sem que obtivessem nenhuma das vantagens que, durante as longas negociações com os franceses, até então haviam solicitado, em especial uma fronteira firme no Oiapoque – assunto que se arrastou até o fim do século XIX – e uma indenização. É verdade que, já em 1814, numa carta do Marquês de Aguiar, as instruções às autoridades luso-paraenses de Caiena para a eventualidade de um ataque naval francês era que efetuassem uma defe-

sa simbólica, rendendo-se a seguir e entregando a colônia incondicionalmente.

Em 1817 terminaram, portanto, o episódio de conquista e os anos subsequentes de administração da ínfima colônia francesa da América do Sul. O ataque a Caiena, com apoio britânico, foi o gesto possível dos luso-brasileiros após a declaração de guerra à França em primeiro de maio de 1808, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente Dom João.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *La Guyane française (1715-1817): Aspects économiques et sociaux*. Petit-Bourg (Guadeloupe): Ibis Rouge, 1999.

CARNOT, Lazare. *De la défense des places fortes*. Paris: Coursier, 1810.

GOYCOCHÊA, Castilhos. *A diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Edições G.T.L., 1963.

HO CHOUNG TEN, Jean-Pierre. “Le proconsulat de Victor Hugues”. *Équinoxe Cayenne*. 16, 1982.

REIS, Arthur César Ferreira. “A dominação luso-brasileira na Guiana Francesa”. In: _____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado de Amazonas, 1966, pp. 255-306.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809: La conquête de la Guyane par les Portugais du Brésil*. Paris: Karthala, 2003.

VAUX, Carra de. “Documents sur la perte et la rétrocession de la Guyane”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. 174, 1913